



Opinião

● **VANDA CASCÃO***



A prioridade da Energia

Um dos pontos fortes da agenda angolana é a diversificação da economia. Outro ponto forte é seguramente o programa de investimentos públicos, em particular na área da energia.

A aposta na diversificação da economia passa claramente pelo desenvolvimento de infraestruturas que permitam o país dotar-se de caminhos paralelos ao da incontornável indústria petrolífera.

Naturalmente, esta indústria continuará a ter um papel de enorme relevo mas os investimentos que se anunciam a nível de projetos de energia abrem novas oportunidades aos investidores privados.

O reforço do sistema bancário angolano que será naturalmente potenciado pelo novo regime cambial aplicável às empresas petrolíferas, cujo calendário de implementação já se iniciou, contribuirá seguramente para o incremento das oportunidades de financiamento a nível local.

Por outro lado, a realização e financiamento de aproveitamentos hidrelétricos como o do Gove e outros, bem como a implementação das novas centrais térmicas, dinamizam seguramente o panorama energético do país.

Angola é um país que procura posicionar-se para além do petróleo e a aposta governamental no “Mix Energético Nacional” é claramente assumida.

A procura da eletricidade é crescente e para colmatar o atual défice energético as autoridades angolanas têm apostado no crescimento da capacidade instalada, e na diversificação das fontes energéticas, incluindo a nível de energias renováveis.

A experiência das empresas portuguesas na área das infraestruturas de energia, e em particular das renováveis, é seguramente ampla e internacional. O acolhimento pelas entidades angolanas de know-how na matéria é assumido.

O financiamento deste tipo de projeto, em regime de project finance, contribuiu seguramente para afinar a gestão e alocação de riscos entre o setor privado e o setor público.

É o equilíbrio na gestão dos riscos bem como a consistência e sustentabilidade de incentivos ao financiamento deste tipo de projetos que permitirá a Angola atingir um mix energético adequado e equilibrado.

Para isso, afigura-se indispensável a implementação adequada de mecanismos contratuais para a mitigação dos inevitáveis riscos inerentes a este setor.

Tal implicará necessariamente uma correta estruturação contratual do projeto e do devido retorno, em termos que permitam a maior eficiência do projeto. Assim se assegurará o necessário financiamento para este tipo de projetos, seja ele a nível angolano, seja a nível internacional.

Aguarda-se por isso com expectativa a Lei das Energias Renováveis, que se encontra atualmente em desenvolvimento.

Aguarda-se com expectativa a Lei das Energias Renováveis, que está a ser preparada.

*Sócia da área de Projetos - Infraestruturas, Energia & Recursos Naturais da Vieira de Almeida & Associados.